



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Ministério da Saúde:

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Administração Interna:

Direcção Nacional da Polícia Nacional.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção-Geral da Administração Pública.

Direcção de Administração.

Ministério da Justiça:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Economia Crescimento e Competitividade:

Direcção de Administração.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração

Despachos de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 3 de Agosto de 2005:

É nomeada, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Delegado de Saúde da Boa Vista, nível III, Adilma Soares, médico geral, escalão IV, índice 100, do quadro do Ministério da Saúde, nos termos da alínea *a*) do artigo 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com os artigos 39º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 Julho e artigo 3º n.ºs 1 e 3 do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho, com efeitos a partir da data do despacho.

A Despesa tem cabimento na verba inscrita no capítulo 1º divisão 3ª, código 03.01.04.02, do orçamento do Ministério da Saúde. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Outubro de 2005).

De 1 de Agosto de 2006:

Júlio César Almeida Silva Wahnon, médico geral, escalão III, índice 110, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento de longa duração, pelo período de 1 (um) ano, desde 7 de Setembro de 2005 - prorrogada a respectiva licença, por mais 4 (quatro) anos, nos termos do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir do dia 7 de Setembro de 2006.

Maria Gertrudes Silveira Fonseca, médica assistente, escalão IV, índice 155, contratada, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - rescindido o respectivo contrato, a seu pedido, a partir do dia 1 de Julho de 2006.

Despacho da Directora do Hospital “Dr. Agostinho Neto”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 2 de Agosto de 2006:

Carmem Paula Cruz de Castro Araújo, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 27 de Julho de 2006, que é do seguinte teor:

«Que as faltas dadas ao serviço de 20 de Março de 2006 à presente data devem ser justificadas. Deve manter-se de baixa médica até 2 de Agosto de 2006».

Despachos da Directora do Hospital “Dr. Baptista de Sousa”, por delegação de S. Ex^a o Ministro de Estado e da Saúde:

De 19 de Junho de 2006:

Natalina dos Reis da Cruz, técnica superior, referência 13, escalão A, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 14 de Junho de 2006, que é do seguinte teor:

«Devem ser-lhe justificadas as faltas dadas ao serviço de 9 de Fevereiro de 2006 a 18 de Maio de 2006».

Maia Teresa Pina, enfermeira geral, escalão V, índice 100, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 14 de Junho de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal. Apta a retomar o trabalho».

Odete Maria Santos Tiene, enfermeira geral, escalão II, índice 110, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e

Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 14 de Junho de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal. Apta a recomeçar o trabalho».

De 3 de Agosto:

Maria da Glória Soares de Oliveira Fortes, médica geral, escalão II, índice 115, do quadro da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, do Ministério da Saúde - homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 19 de Julho de 2006, que é do seguinte teor:

«Apresentada após o regresso de Portugal».

Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração, na Praia, aos 11 de Agosto de 2006. – O Director-Geral, *Mateus Monteiro Silva*.

—oço—

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO E COMUNIDADES

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 4 de Agosto de 2006:

É dada por finda a comissão de serviço de José Armindo Gomes da Veiga, no cargo de condutor do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 9 de Agosto de 2006. – A Directora-Geral, *Edna Barreto*.

—oço—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia Nacional

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos, comunica-se que nos termos do nº 2, do artigo 48º, do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, extingue-se o vínculo laboral entre a Administração e Marcos José Ramos, ex-agente principal da Polícia de Ordem Pública.

Direcção Nacional da Polícia Nacional, aos 25 de Maio de 2006. – Pelo Director, *Elísio Vieira Mendes*.

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Junho de 2006:

Joselina do Carmo Pereira Soares de Carvalho, Bacharel em Planeamento e Administração dos Transportes Marítimo, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar

as funções de secretária do Secretário de Estado da Administração Pública, nos termos previstos no artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Junho e ainda com os artigos 12º e 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2006.

A despesa tem cabimento na rubrica 3.01.01.02 - pessoal do quadro especial do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública. – (Isento do visto de Tribunal de Contas).

Despacho de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, por delegação de S. Exª o Ministro das Finanças e Administração Pública:

De 31 de Maio de 2006:

José Gomes Rodrigues, técnico profissional de 2º nível, referência 7, escalão G, da Câmara Municipal da Praia - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º n.o 2 alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapaz para o exercício de qualquer actividade profissional de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Dezembro de 2005 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 27 de Janeiro de 2006, com direito a pensão anual de 428.904\$00 (quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão deverá ser dividida proporcionalmente e da seguinte forma:

Orçamento Geral do Estado – 286.987\$24

Orçamento da Câmara Municipal da Praia – 141.916\$76

Carlos Alberto Ferreira Santos, técnico profissional 1º nível, referencia 8, escalão D, do Ministério do Ambiente e Agricultura - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para o exercício da sua actividade profissional de acordo com opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 20 de Abril de 2006 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 26 do mesmo mês e ano, com direito a pensão anual de 567.384\$00 (quinhentos sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De 5 de Junho:

Ana Amílcar Rodrigues Amado, ex-professora de posto escolar, do Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos, - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 39.132\$00 (trinta e nove mil, cento e trinta e dois escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º, do mesmo diploma, correspondente a 14 anos e 10 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Outubro de 2004 do Director substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 13 anos e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 184.344\$00, (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e quarenta e quatro escudos) poderá ser descontado em 150 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.223\$00 e as restantes de 1.229\$00.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Cap. 10.12, Div. 15º, Cód. 35030101, do orçamento vigente.

Tito Lívio Santos de Oliveira Ramos, ex-Ministro de Administração Local e Urbanismo - desligado de serviço, para efeitos de aposentação, conforme a publicação feita no *Boletim Oficial* nº 27, II Série, de 13 de Julho de 2005 - concedida aposentação definitiva no lugar, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão anual de 244.588\$80 (duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito escudos e oitenta centavos), calculada de conformidade com o artigo 37º e com observância ao artigo 57º, ambos do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, correspondente a 15 anos e 9 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

De 7:

Bárbara Lopes Correia, auxiliar administrativo, referência 2, escalão A, da Direcção-Geral dos Recursos Humanos e Administração do Ministério da Saúde, em serviço na Delegacia de Saúde de São Filipe - desligada de serviço, para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito a pensão provisória anual de 268.104\$00 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e quatro escudos), sujeita a rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo Estatuto, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 15 de Abril de 2005, do Director Substituto da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 20 anos 3 meses e 27 dias.

A despesa no montante de 241.280\$00 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e oitenta escudos), poderá ser amortizada em 180 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 1.420\$00 e as restantes no valor de 1.340\$00.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no Cap. 10.12, Div. 15º, Cód. 35.03.01.01, do orçamento vigente. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 8 de Agosto de 2006).

RECTIFICAÇÃO

Por erro da Administração, foi publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 29, de 26 de Julho, o despacho referente à nomeação em comissão de serviço de Lina Teresa Correia Mendes Filipe de Sousa, como Directora de Gabinete de S. Exª o Secretário de Estado da Administração Pública, pelo que, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Nos termos previstos nos nºs 1 a 4 do artigo 7º do Decreto-Legislativo nº 13/97, de 1 de Julho conjugado com o artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95 de 20 de Julho, e ainda com os artigos 12º e 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 12 de Maio de 2006.

Deve-se ler:

Ao abrigo do artigo 3º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com os artigos 12º e 14º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2006.

Direcção-Geral da Administração Pública, na Praia, aos 14 de Agosto de 2006. – A Directora-Geral, *Dicla da Graça Évora*.

Direcção de Administração

COMUNICADO

Comunica-se que faleceu no passado dia 31 de Julho do corrente ano o verificador do quadro técnico aduaneiro, colocado na Alfândega da Praia, Alberto Rodrigues Correia Tavares.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 14 de Agosto de 2006. – A Directora de Administração, *Albertina Rocha Costa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a a ex-Ministra da Justiça:

De 10 de Fevereiro de 2006:

Maria Conceição Rodrigues Moreira Mendes, assistente administrativo, referência 6, escalão C, do quadro do Ministério da Justiça, colocada na Direcção-Geral da Administração, promovida para a categoria de oficial administrativo, referência 8, escalão A, ao abrigo do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 17/2005, de 28 de Fevereiro de 2005, conjugado com a alínea b) do artigo 20º do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba provisional inscrita na Divisão 10.12.15, Cl. Ec. 3.01.04.06, do orçamento do Ministério das Finanças e Administração Pública.

De 8 de Maio:

Ana Cristina Barbosa Vicente Andrade, Psicóloga Clínica, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, nomeada, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Secretária Executiva da Comissão de Coordenação de Combate à Droga, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 8º, nº 2 do Decreto-Regulamentar nº 2/95, de 18 de Janeiro e 1º do Decreto-Lei nº 18/96, de 17 de Junho, com efeitos a partir da data do presente despacho.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na divisão 10.13.13, Cl. Econ. 3.01.01.02 - CCCD, do orçamento do Ministério da Justiça. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 8 de Agosto de 2006).

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 11 de Agosto de 2006. – O Director-Geral, p/s, *José Cardoso*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho do Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:

De 8 de Agosto de 2006:

José António Pinto Monteiro, técnico superior de referência 15, escalão D, do quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério do Ambiente e Agricultura, concedido, nos termos do artigo 45º do Decreto-Legislativo 3/93 de 5 de Abril, licença sem vencimento por mais 60 (sessenta) dias, com efeitos a partir de 16 de Agosto de 2006.

Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 9 de Agosto de 2006. – Pela Direcção da Administração, *Vladimiro Martins*.

o

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção de Administração

Despacho conjunto de S. Ex^{as} os Ministros da Economia, Crescimento e Competitividade e das Finanças e Administração Pública:

De 4 de Agosto de 2006:

Ao abrigo e nos termos do nº 2 do artigo 1º do Decreto-Lei nº 27/2006, de 6 de Março, é fixado em 1.000\$00 (mil escudos) o m² a venda de terrenos públicos do Parque Industrial de Lazareto.

Direcção de Administração do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, na Praia, aos 16 de Agosto de 2006. – A Directora Administrativa, *Bárbara Lima*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@cvtelcom.cv

ASSINATURAS

Para o país:	Ano		Semestre		Para países estrangeiros:	Ano		Semestre			
	I Série	II Série	I Série	II Série		I Série	II Série	I Série	II Série		
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00	8.721\$00	II Série	5.770\$00	3.627\$00	II Série	7.913\$00	6.265\$00
II Série	5.770\$00	3.627\$00	III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00	4.731\$00	III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 60\$00